PROJETO DE LEI Nº

, DE 2022.

(Do Sr. Márcio Macêdo)

Altera a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana para criar os conselhos deliberativos nacional, estaduais e municipais de Mobilidade Urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana para criar os conselhos deliberativos nacional, estaduais e municipais de Mobilidade Urbana.

Art. 2º O artigo 15 de Lei nº 12.587, de 2012, e seu inciso I passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. A participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana deverá ser assegurada pelo Conselho Nacional Deliberativo de Mobilidade Urbana e pelos seguintes instrumentos: (NR)

I - órgãos colegiados **deliberativos em nível Municipal e Estadual,** com a participação de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e dos operadores dos serviços; **(NR)**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

.......

JUSTIFICAÇÃO

A proposta que ora trago à apreciação dos nobres pares origina-se do processo participativo de construção do meu Plano de Governo, quando de minha candidatura à Prefeito de Aracajú, no Estado de Sergipe, nas eleições municipais de 2020.

Sabemos que mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, sendo que grande parte dos habitantes em situação de vulnerabilidades socioespaciais. O Direito à Cidade precisa se tornar realidade para todos, garantindo-se uma cidade sustentável, com acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para o presente e para as futuras gerações.





Apresentação: 29/09/2022 09:51 - Mesa

Para isto necessitamos de um Planejamento Urbano constituído pelo arcabouço do Direito à Cidade e atrelado na pauta do Estatuto da Cidade, da Agenda 21 e das premissas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, possibilitando que as tomadas de decisões sejam amplamente discutidas e fundamentadas intersetorialmente em diálogos que envolvam os governos, as instituições e a sociedade em geral.

A matéria que ora trago para apreciação dos nobres pares busca aperfeiçoar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, dando ao seu Capítulo III, que trata dos direitos dos usuários, uma nova redação para determinar a criação de conselhos deliberativos de mobilidade urbana em todas as esferas da Administração Pública, fazendo com que as previsões genéricas contidas no Art. 15 da referida Lei se transformem em realidade.

Com isto espero dar mais força e concretude ao mandamento legal da "participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana".

Diante do exposto, conto com o necessário apoio para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2022.

MÁRCIO MACÊDO Deputado Federal PT/SE



